«controle nacional do sistema exportador».

Seguidamente procura-se indicar o fluxo das transformações históricas dessas situações de base, tais como se concretizaram em formações sociais específicas e, além disso, a partir da diferença entre as possibilidades estruturais básicas oferecidas pela situação de enclave e pela situação de controle nacional do sistema exportador, como as mudanças sociais, políticas e económicas se deram distintamente nos vários países considerados. Nos capítulos finais, entretanto, retoma-se o tema geral das condições estruturais do desenvolvimento capitalista em países dependentes e, então, são caracterizadas as contradições actualmente existentes tanto em termos dos efeitos da organização produtiva dos sectores industrial-modernos da região sobre o conjunto do sistema económico nacional quanto em termos das relações das classes e grupos sociais entre si e com o Estado, a partir do momento em que se forma uma economia industrial-dependente. Nesse esforço, mostra-se a autonomia relativa, as contradições e as possibilidades de convergência entre o sistema económico e o processo político e expressa-se a crença em que a compreensão da situação actual dos países industrializados e dependentes da América Latina requer a análise dos chamados efeitos de «internacionalização do mercado interno», expressão que caracteriza a situação que responde a um controle crescente do sistema económico das nações dependentes pelas grandes unidades produtivas monopolísticas internacionais.

Finalmente descreve-se também como os grandes temas da política do período correspondente à tentativa de formação e fortalecimento do mercado interno e da economia nacional (o populismo e o nacionalismo) foram perdendo substância e redefinindo-se em função do novo carácter da dependência e procura-se verificar até que ponto, apesar das transformações assinaladas, seria possível manter a ideia de dependência ou, ao contrário, dever substituí-la pela de interdependência.

J. M. Rolo

COOPER, David — *Psychiatrie et anti-psychiatrie* — colection «Le Champ Freudien», Editions du Seuil, Paris, 1970, 189 p.

A prática psiquiátrica tradicional e os seus suportes institucionais encontram-se em processo de negação. Alguns são já os autores (Laing, Esterson, Bataglia, Mannoni, etc.) que ao fazerem o ponto do que tem sido aquela prática social explicitam as dimensões repressivas que a mesma veicula. Utilizando embora quadros teórico-metodológicos não por inteiro coincidentes, retratam métodos e técnicas de intervenção socialmente «respeitados» como outros tantos métodos e técnicas de «invalidação social», contestam a obrigação do «tratamento», denunciam a esclerose institucional, e a própria psiquiatria globalmente. Leia-se, a título de exemplo, o que Cooper nos diz sobre o «tratamento»: «Creio que a principal dificuldade se encontra na ideia que é preciso «tratar» os doentes. Tratar é um termo tão ambíguo: tratam-se o petróleo bruto, os couros, os aços ou os doentes. (...). Tratar é essencialmente uma preversão mecânica por ideais médicos, que se opõe de muitas maneiras à tradição autêntica da cura. (...). Tratar é estar interessado em tornar o doente mais aceitável pelos outros, afim de que estes (inclusivé os médicos e os enfermeiros) fiquem menos ansiosos em relação àquele...»

O presente trabalho, cuja radicalização de óptica cometida pelo autor permite contribuir para a desmontagem crítica do campo da psiquiatria e que se situa dentro do movimento anti-psiquiátrico em curso, é em primeira linha um ensaio sobre o problema da «violência em psiquiatria» ou, mais rigorosamente e conforme as palavras do autor, sobre a «violência da psiquiatria», violência que a sociedade produz e verte condensada, enquanto sua própria «necessidade vital», sobre aqueles que rotula de «doentes mentais»: afinal a reprodução pelas instituições psiquiátricas das relações sociais de opressão que campeiam na sociedade «normal».

Cooper, aborda neste seu livro, o indivíduo dito «esquizofrénico» em si

e no seu real contexto social. Trata-se de um estudo de um «modo de invalidação social», no duplo sentido de remissão do indivíduo à passividade de «doente» e de processo de anulação da vivência pessoal do «esquizofrénico».

O livro contém uma introdução na qual o autor desenvolve esquemàticamente as coordenadas teóricas que considera pertinentes, coordenadas essas que relevam fundamentalmente do quadro conceptual fenomenológico-existencial (Sartre) e que segundo o autor permitem com mais rigor ler a densidade totalizante das relações inter-pessoais, no caso concreto deste trabalho, a realidade micro-social do processo «esquizofrénico».

Se para a perspectiva psiquiátrica tradicional existe uma entidade nosológica designada «esquizofrenia», o ponto-de-vista escolhido pelo autor nega a existência de tal entidade patológica. A definição por Cooper proposta de «esquizofrenia» centra-se numa situação conflitual micro-social e sugere a devolução da crise assinalada num membro dum grupo (familiar) ao grupo em si. Assim o problema central é o da estruturação da matriz do comportamento do «doente» seguida da relacionação desta com o que na história das inter-acções do «doente» com os outros, em especial os do núcleo familiar, pode ser tido como determinante da crise.

O quadro teórico de Cooper quer-se adequado à natureza da análise em vista de forma a poder contribuir para a construção duma «ciência das pessoas» (ou «ciência da inter-acção pessoal»). Contesta o autor a importação «envíezante» dos princípios ajustados às ciências naturais para a área das pesquisas em ciências humanas. É a delicada questão da especificidade do objecto nestas últimas ciências que é posta. Se os dados de observação das ciências humanas diferem daqueles que constituem o objecto das ciências naturais, se nas ciências humanas a relação sujeito-objecto é em rigor sujeito/ /objecto face a sujeito/objecto (relação ontològicamente contínua), diferente do que se passa nas ciências naturais onde esta relação é sujeito face a objecto (relação ontològicamente descontínua) — estes dois tipos de relação implicam respectivamente a interioridade e a exterioridade de sujeito face ao campo observado —, é o problema do estatuto onto-epistemológico das ciências humanas que está também contemplado na introdução.

São matérias de grande importância na construção das ciências humanas em geral e, em particular, de uma «sociologia da instituição psiquiátrica» (domínio da «teoria do sistema psiquiátrico») as que Cooper explora ainda nos capítulos primeiro e segundo: o problema prático da «esquizofrenia» perspectivado quer na linha das análises teóricas feitas nos E. U. A. sobre a família quer na do quadro fenomenológico de Laing e Esterson.

O terceiro capítulo é a descrição compreensiva da trajectória clínica de um jovem «esquizofrénico», a leitura crítica da sua realidade familiar e a explicitação da rede apertada de vínculos alienantes gerados no interior da mesma. No quarto e quinto capítulos o autor analisa a irracionalidade institucional vigente, e descreve os princípios e a prática duma unidade terapêutica institucional («Pavillon 21») numa linha renovada da «comunidade terapêutica» de Maxwell Jones.

Trabalho de anti-psiquiatria este livro de Cooper é tentativa de reabilitação do discurso do «esquizofrénico», é o sublinhar do protesto que o mesmo discurso contém; é a denúncia da função social da instituição psiquiátrica (instância oficial que re-socializa os «desviados» enquadrando-os nas normas dominantes, laboratório social de condicionamento); é afinal mais uma peça do projecto de perfil revolucionário (utópico) — a anti-psiquiatria — que em muitos pontos retoma o dos surrealistas dos anos 20.

Eduardo Freitas

DE COSTER, Sylvain e HOTYAT, Fernand — *La sociologie de l'éducation* — Ed. de l'Inst. de Sociologie, Univ. Libre de Bruxelles, 1970, 344 p.

Entre as várias colecções editadas pelo Instituto de Sociologia da Uni-